
Notícias da Justiça e do Direito nos jornais desta sexta-feira

Nesta quinta-feira (4/7), após ter declarado pela manhã que o plebiscito sobre a reforma política não valeria para as eleições de 2014, o vice-presidente Michel Temer divulgou nota afirmando que essa é a opinião de líderes da base aliada, e não um recuo do governo, que defende a aplicação das eventuais mudanças no sistema político já no próximo pleito. Na próxima semana, o governo vai reunir os líderes da base no Senado para discutir a elaboração do decreto legislativo destinado a convocar a consulta popular. Os parlamentares calculam que precisarão de, pelo menos, 15 dias para concluir o projeto de decreto legislativo. As informações são do **Jornal do Brasil**.

Participação popular

O Senado aprovou nesta quinta-feira (4/7) um projeto de resolução para que seja criado um mecanismo na página da instituição onde a população poderá participar das discussões sobre as proposições em tramitação na Casa. Para participar, o cidadão precisará apenas preencher um cadastro virtual. Depois disso, vai manifestar apoio ou discordância com o texto que está em discussão. A cada etapa do processo legislativo será atualizado o número de apoios ou rejeições que a matéria recebeu dos cidadãos. As informações são da **Agência Brasil**.

Código de Mineração

O projeto de lei da mineração, enviado ao Congresso Nacional há duas semanas, já recebeu 340 emendas parlamentares. A alíquota da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), o chamado *royalty* da mineração, e a possível cobrança de uma participação especial na exploração de minérios são as principais discussões. O Projeto de Lei 5.087/2013 foi enviado ao Congresso em regime de urgência, no dia 18 de junho. A proposta precisaria ser votada na Câmara até 2 de agosto, para então seguir ao Senado, que teria 45 dias para avaliar a proposta. A tendência é de que os parlamentares derrubem o regime de urgência. As informações são do jornal **Valor Econômico**.

Cota de passagens

Sem nenhum compromisso oficial agendado, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, usou recursos da Corte para se deslocar ao Rio de Janeiro no fim de semana de 2 de junho, quando assistiu ao jogo entre Brasil e Inglaterra no estádio do Maracanã. O STF diz que a viagem foi paga com a cota a que os ministros têm direito, mas não divulgou o valor pago. O Supremo diz que os ministros dispõem de uma cota para voos nacionais. De acordo com o tribunal, a cota é anual e não é submetida a controle. As passagens podem ser usadas a qualquer momento, inclusive no recesso, durante licenças, ou para viagens motivadas por interesses pessoais dos ministros. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Golpe no Egito

Um promotor egípcio pediu, nesta quinta-feira (4/7), a prisão do líder da Irmandade Muçulmana, ampliando a repressão contra o movimento islâmico depois do golpe que depôs o presidente Mohamed

Mursi. Além disso, autoridades judiciais abriram uma investigação sobre as acusações de que Mursi e outros 15 islâmicos insultaram o Judiciário, informou o juiz Tharwat Hammad. Com a investigação, o presidente deposto fica proibido de sair do Egito. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Formação de cartel

A Polícia Federal e a Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) investigam suposta formação de cartel em concorrências para manutenção do metrô de Brasília e em ao menos cinco licitações em São Paulo, entre Companhia do Metropolitano (Metrô) e Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). A suspeita é que empresas se reuniam para combinar previamente o resultado das licitações e, assim, faturar de 10% a 20% além do preço correto. Como parte das investigações, a PF cumpriu mandados de busca e apreensão em 13 empresas. De acordo com o Cade, as buscas foram autorizadas judicialmente por existirem indícios consistentes da prática do crime de conluio. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Prisão por estelionato

Trinta e duas pessoas foram presas no Ceará e em São Paulo, acusadas de clonar documentos e cartões de crédito para fazer compras milionárias nos dois estados. O bando vinha sendo investigado há cinco anos. Os criminosos obtinham dados pessoais das vítimas por meio de cadastros em comércios, fotocópias, internet e clonagem de cartões de créditos com o uso de “chupa-cabras”. Com os documentos falsos, os acusados faziam empréstimos bancários e compravam veículos. Os acusados foram presos pelos crimes de estelionato, formação de quadrilha, falsificação de documento público, fraudes bancárias e lavagem de dinheiro. A Polícia Civil investiga a participação de outras pessoas nos golpes e se os que já foram presos praticaram outros delitos. As informações são do jornal **O Povo**.

Proteção ao crédito

O Ministério Público do Distrito Federal ingressou com ações civis públicas contra as empresas de cadastro de proteção ao crédito Serasa Experian e Boa Vista Serviços, administradora do SCPC. Os promotores alegam que elas estariam mantendo registros de débitos prescritos nos bancos de dados. A prática, segundo o MP-DF, desrespeita o Código de Defesa do Consumidor (CDC). "A tese não é paternalista", afirma o promotor Leonardo Bessa, responsável pelos processos. "Se o consumidor ficou inadimplente, deve arcar com as consequências, mas não pode ser punido por débitos antigos, de 10 ou 15 anos atrás." As informações são do jornal **Valor Econômico**.

Boa Vista Serviços

No dia 20 de maio, a juíza da 19ª Vara Cível de Brasília, Eugenia Bergamo Albernaz, concedeu liminar — válida para todo o Brasil — para proibir a Boa Vista Serviços de incluir débitos protestados em cartórios e vencidos há mais de cinco anos. A empresa, porém, apelou e conseguiu cassar a decisão no dia 14 de junho, no Tribunal de Justiça do Distrito Federal. O Ministério Público vai recorrer da decisão. As informações são do jornal **Valor Econômico**.

Serasa Experian

No caso da Serasa, o juiz da 1ª Vara Cível de Brasília negou o pedido de liminar, formulado pelo



Ministério Público. A decisão teve como base decisões de 2006 e 2009 do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os ministros entenderam que o prazo de cinco anos começa a ser contado do registro do protesto no cadastro de proteção ao crédito. O MP decidiu não recorrer. Vai esperar a sentença de mérito sobre o assunto. O STJ ainda tem uma súmula desde 2005 no sentido de que a inscrição de inadimplentes pode ser mantida nos serviços de proteção ao crédito por, no máximo, cinco anos. As informações são do jornal **Valor Econômico**.

Boate Kiss

Pelo menos três novas audiências do processo criminal da tragédia da boate Kiss foram marcadas para este mês em Santa Maria (RS). De acordo com a 1ª Vara Criminal do município, além dos dias 9 e 10 de julho, testemunhas serão ouvidas também nos dias 16, 17 e 23 de julho no Salão do Júri do Fórum. Os nomes ainda não foram confirmados. A tragédia matou 242 pessoas. As audiências fazem parte da etapa de instrução do processo criminal contra os quatro réus acusados de homicídio doloso. As informações são do portal **G1**.

Pedido de explicação

O governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), protocolou nesta quinta-feira (4/7), no Tribunal de Justiça de Goiás, uma interpelação judicial pedindo que o empresário Carlinhos Cachoeira esclareça, em 48 horas, se estava se referindo especificamente a ele, direta ou indiretamente, em artigo publicado no jornal Diário da Manhã, de 11 de junho. Outra pergunta feita é se Cachoeira conhece, sabe ou consegue apontar alguma irregularidade que o governador tenha praticado. De acordo com o advogado de Perillo, João Paulo Brzezinski, se Cachoeira não responder à interpelação, significa que ele não se referia ao governador e o assunto deve ser encerrado. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Principais sangrias

No artigo que assinou, em desagravo à esposa, Andressa Mendonça, ele dizia: "Se quiserem saber onde estão os maiores problemas e as principais sangrias dentro desse governo é só encarar a briga que estou pronto para o embate. Em bom brasileiro (sic) falo com a cabeça erguida e com o peito arfante: cai pra dentro quem quiser que eu sustento o desafio. Escolham as armas". Cachoeira escreveu o artigo porque se irritou após a presença de Andressa ser ignorada e negada em uma festa beneficente no Palácio das Esmeraldas, sede social do governo. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Pastor Marcos

O desembargador Gilmar Augusto Teixeira, da 8ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, negou nessa quarta-feira (3/7) novo pedido de Habeas Corpus em favor do pastor Marcos Pereira da Silva, líder da Assembleia de Deus dos Últimos Dias. A defesa pretendia revogar o recebimento da denúncia ajuizada na 2ª Vara Criminal de São João de Meriti, na qual ele é acusado de estupro de uma seguidora da igreja. O pastor está preso desde 7 de maio, acusado de estupro de duas fiéis de sua igreja. Os processos tramitam na 1ª e 2ª Varas Criminais de São João de Meriti. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

**Morte em manifestação**

O caminhoneiro Renato Langer Kranlow foi morto ao ser atingido na cabeça por uma pedrada, após furar um bloqueio de motoristas de caminhão na noite de quarta-feira (3/7), no trecho gaúcho da BR 116. Um pouco antes de ser assassinado, Kranlow foi agredido por caminhoneiros após ser obrigado a parar em um posto de gasolina na beira da rodovia. Como não queria participar do bloqueio, ele levou socos e chutes e teve de pedir auxílio à Polícia Rodoviária Federal para seguir viagem. Na Bahia, quatro pessoas morreram após um acidente causado devido ao bloqueio dos caminhoneiros. As informações são do jornal **O Globo**.

Autores: Redação ConJur